O Sistema Financeiro do Brasil e o Capital Estrangeiro

NATERMES GUIMARÃES TEIXEIRA

Introdução

O fenômeno da multinacionalização de empresas no mundo capitalista traduz o que se poderia chamar de internacionalização do capital. O conceito de internacionalização, no caso do setor financeiro, significa o processo pelo qual a atuação das instituições ou grupos financeiros expande-se além das fronteiras geográficas do país, assumindo importância internacional. Por seu turno, a mobilização de capital financeiro internacional, em suas várias formas, ao se constituir numa fonte alternativa de financiamento às atividades econômicas dos países receptores, caracteriza um tipo financeiro de internacionalização, podendo inclusive prescindir da intermediação institucional, ou seja, do sistema financeiro *stricto sensu*. Nos limites deste trabalho, a questão central refere-se à participação e influência estrangeira no interior do sistema de intermediação financeira do Brasil. Noutras palavras, o exame

deste processo de internacionalização enfocará, particularmente, a interveniência do capital financeiro internacional na estrutura, organização e funcionamento do sistema financeiro nacional. Trata-se portanto de uma primeira quantificação e avaliação da presença estrangeira no mercado financeiro brasileiro.

1 Internacionalização Bancária

A internacionalização bancária é um fenômeno que tem sido bastante estudado nos últimos anos, especialmente por consubstanciar a forma atual e conseqüente de mobilização do capital financeiro. De modo geral, o processo que se poderia denominar de internacionalização de bancos está associado ao processo mais amplo de internacionalização da produção e distribuição, ou seja, de empresas industriais e comerciais. A emergência e proliferação de firmas multinacionais (em especial de origem norte-americana, européia e mais recentemente japonesa) contribuíram decisivamente à expansão internacional dos bancos. O crescimen-

O autor é professor do DEPE/UNICAMP.

INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA

to Internacional das empresas, mormente no caso das indústrias, acarreta inevitavelmente o crescimento paralelo das atividades bancárias internacionais⁽¹⁾. Esses bancos, denominados usualmente de bancos transnacionais, em geral são definidos em função de sua penetração e importância nos vários mercados dos diferentes países⁽²⁾.

Há basicamente duas vias através das quais os bancos se internacionalizam: implantação direta no estrangeiro (instalação de escritório, agências etc.) ou constituição de instituições comuns, em aliança com outros bancos (formas denominadas genericamente de associações, consórcios ou "clubs" bancários). No primeiro caso, os diferentes modos de implantação vão desde "correspondentes" no exterior, passando por escritórios de representação, banco associado (participação minoritária) e filial ou subsidiária (participação majoritária) até a sucursal ou agência, a qual já possui personalidade jurídica própria e é de propriedade integral do grupo ou banco matriz. Já a segunda via de internacionalização bancária diz respeito aos acordos interbancários, os quais podem ser de cooperação mútua para, em conjunto, levarem a cabo uma determinada operação específica — que pode ser a colocação de algum novo tipo de obrigação em algum mercado, ou mesmo a formação de consórcio bancário cujo objetivo volta-se ao financiamento de um relativamente grande e importante projeto. Ao lado dos acordos de cooperação há ainda os acordos de associação, através dos quais são criadas instituições conjuntas, gerando os chamados grupos ban-

cários multinacionais. Estas associações, além de ultimamente terem aumentado em número, por força de sua dimensão, vêm-se constituindo na forma ideal de promover a acumulação e distribuição de fundos no mercado financeiro internacional. Os bancos e companhias de investimento (ou participações) multinacionais, de modo geral, agrupam importantes instituições de distintos países, atuam em grande escala e de forma bastante diversificada, criando assim condições concretas para promover a chamada consolidação de riscos. Tal configuração pode mesmo ser considerada como o grande "salto" da internacionalização do capital⁽³⁾.

O modo de implantação bancária depende, em primeiro plano, do potencial do mercado receptor, bem como do tratamento legal e regulamentações específicas do país acolhedor e mesmo do país de origem. Várias são as maneiras pelas quais as autoridades governamentais controlam a atividade dos bancos estrangeiros e regulamentam o movimento de capitais. Há países com liberalidade praticamente total no tocante à implantação e atuação de bancos estrangeiros. Este é o caso dos Estados Unidos e de grande parte dos países da Europa Ocidental, entre os quais República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha e Itália. Em contraposição, há países que não admitem a presença bancária estrangeira. Este grupo é formado basicamente por países socialistas de regime mais rígido, tais como: Alemanha Oriental, Albânia e Bulgária. No meio termo, os demais países estabelecem alguma diferenciação no tratamento aos bancos estrangeiros relativamente ao sistema bancário doméstico. No caso brasileiro, em particular, assim como em alguns outros países, entre os quais Espanha, Canadá e México, a abertura de sucursais de bancos estrangeiros é total ou parcialmente intermediada, abrindo-se como únicas possibilidades de implantação direta a participação minori-

(1) Este tipo de colocação é usualmente feito por alguns autores que examinaram este tema, entre os quais, MAROIS (1979) e PASTRÉ (1979).

(2) Uma das definições, por exemplo, considera que bancos transnacionais são aqueles que possuem agências ou subsidiárias, de propriedade majoritária, em cinco ou mais países e/ou territórios. Conforme UNITED NATIONS CENTRE ON TRANSNATIONAL CORPORATIONS (1981).

(3) Ver neste sentido LEVINSON (1972) e MAROIS (1979).

tária em instituições bancárias nacionais e o estabelecimento de escritórios de representação.

A atual política brasileira em relação à entrada de bancos estrangeiros pauta-se pelos chamados acordos bilaterais recíprocos mantidos com outros países. Esta reciprocidade foi estabelecida por lei e determina que um banco estrangeiro só pode se instalar no Brasil se um banco brasileiro tiver autorização para se instalar no respectivo país de origem. A execução desta política trouxe uma rápida expansão da rede bancária brasileira no exterior⁽⁴⁾. Em contrapartida, praticamente todos os grandes bancos ou grupos financeiros internacionais já operam no Brasil, embora a grande maioria de forma indireta ou representada⁽⁵⁾.

Tal política, em resumo, coaduna-se perfeitamente com dois objetivos ou interesses: forte protecionismo ao setor financeiro nacional e ampliação da possibilidade de maior absorção de capital externo na forma de empréstimo. É patente que o maior interesse consubstanciado no curso da política governamental volta-se à entrada de investimentos diretos — embora com restrições, em se tratando do setor financeiro — simultânea ao ingresso, a qualquer custo, de ca-

pital de empréstimo, seja tomado diretamente pelas empresas, seja intermediado e avalizado pelo sistema financeiro. Por outro lado, embora a mobilização (externa/interna) do chamado capital financeiro internacional, em certa medida, prescindida da intermediação financeira institucional, a simples permissão para participações societárias estrangeiras, sobretudo nos bancos de investimento e empresas de *leasing*, é uma forma de reconhecimento da importância da associação de capitais vinculados à esfera financeira — para, no mínimo, conferir maior flexibilidade às operações de tomada de empréstimos estrangeiros em moeda.

De modo geral, portanto, o setor financeiro brasileiro foi concebido para ter um baixo nível de internacionalização, quando se trata de capital de risco, ao mesmo tempo em que vem a ser um setor francamente aberto e passível de maior internacionalização via endividamento com base em capitais de empréstimo. O capital estrangeiro de risco se faz presente hoje mais na condição de participações minoritárias, principalmente por força da legislação em vigor. Tais participações concentram-se, basicamente, em poucos segmentos, motivadas seja por decisão essencialmente política, quando da criação das instituições (bancos de investimento), seja por determinadas injunções que impuseram ou viabilizaram a associação de capitais: oferecimento de vantagens operacionais (seguros) e proibição de instalação de novas empresas de controle de capital estrangeiro (*leasing*) — neste último caso após a regulamentação específica do setor (meados dos anos 70).

Sumariando, o capital estrangeiro de risco destina-se preponderantemente ao setor produtivo, cujos efeitos diretos e indiretos, sem dúvida, têm maior repercussão nas atividades econômicas internas; se os investimentos diretos no setor financeiro podem trazer algum benefício, este deve certamente provir de outras circunstâncias — por exemplo, do aumento da concorrência neste mercado

(4) Em fins do ano passado, 14 bancos brasileiros (11 privados, 2 oficiais estaduais e o Banco do Brasil) possuíam 191 agências e escritórios de representação no exterior, obedecendo à seguinte distribuição: 84 na América Latina, 38 na Europa, 32 nos Estados Unidos e o restante em 18 outros países. Por seu turno, daquele total, 105 pertencem a bancos do setor público (77 do Banco do Brasil). Conforme Revista *Veja* de 04/11/81.

(5) Dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (publicados na *Folha de São Paulo* de 26/5/82) mostram que dos 184 bancos estrangeiros que operam no País apenas 17 têm agências instaladas; os demais possuem escritórios de representação e/ou participam minoritariamente no capital de instituições financeiras nacionais, principalmente bancos de investimento.

INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA

TABELA 1
NÚMERO DE GRUPOS ESTRANGEIROS QUE ATUAM NO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO,
SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES

Países	1971	1973	1975/76	1978	1980
Alemanha Ocidental	6	6	9	13	14
Argentina	2	2	2	2	3
Bélgica	1	1	2	2	1
Canadá	3	3	3	3	4
Espanha	1	1	2	2	6
Estados Unidos (EUA)	26	25	35	34	36
França	5	7	8	7	11
Holanda	2	3	3	3	6
Itália	4	4	7	8	6
Japão	6	10	19	18	15
Portugal	2	4	3	2	1
Reino Unido	13	12	18	23	19
Suíça	6	3	5	7	9
Outros Países ^(a)	3	5	6	8	15
Total	80	86	122	132	146

Nota: (a) África do Sul, Arábia Saudita, Áustria, Iraque, Irlanda, Líbano, Panamá, Suécia, Venezuela e Uruguai. Esses países não aparecem em todos os anos da série e nenhum deles contava, em qualquer ano, com mais de 2 grupos de 1971 a 1978 e mais de 3 grupos em 1980.

Fonte: GUIA Interinvest cujas datas de publicação correspondem aos anos constantes da tabela.

altamente oligopolizado⁽⁶⁾. Não obstante ainda haja uma forte proteção institucional no mercado financeiro brasileiro (decerto um dos poucos setores sob elevado controle nacional) são cada vez maiores as pressões e interesses dos grandes bancos estrangeiros em atuar neste mercado, de preferência diretamente. Ademais, é dificilmente sustentável, como uma condição perene, a coexistência da internacionalização do aparelho produtivo com a preponderância de capital nacional no setor financeiro.

2. Grupos Estrangeiros no Setor Financeiro

O número de grupos estrangeiros com participação (majoritária e/ou minoritária) no capital de instituições financeiras internas tem crescido nos últimos anos, de acordo com os dados apresentados na tabela 1.

Os dados demonstram um substancial domínio de grupos norte-americanos que, embora tenham participação levemente declinante, ainda representam, no último ano, cerca de 1/4 do número total de grupos estrangeiros vinculados ao setor financeiro. Em segundo plano, destacam-se o Reino Unido e Japão, cujos grupos somados aos dos Estados Unidos representam mais da metade do total anual de todos os países (com exceção apenas para 1980 quando somaram 48%). Vale destacar os grupos alemães e os suíços (estes a partir de 1973), que mais que duplicaram em número, no período. Já

(6) A propósito, numa entrevista ao Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil de 30 de junho de 1980, p. 11/17, o banqueiro Gastão Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo) mostrou-se favorável à liberação dos controles sobre bancos estrangeiros no Brasil enfatizando que "seria muito benéfica em termos de ativar a competição e aprimorar os serviços".

no último biênio, o número de grupos franceses e espanhóis obteve crescimento bastante significativo, com 4 novos grupos de cada origem iniciando suas operações no setor financeiro brasileiro.

Para análise e identificação dos diversos grupos, segundo os principais países de origem e relacionada aos vários mercados onde atuam, distinguimos a interveniência do capital estrangeiro em três níveis: grupos que exercem controle de capital; grupos que participam minoritariamente no capital de instituições financeiras internas; e ocorrência simultânea das situações anteriores.

No primeiro caso, a existência de padrões específicos da presença do capital estrangeiro, em cada segmento do setor financeiro, permite classificar os grupos segundo as evidências mais típicas, assim manifestadas: grupos que organizaram conglomerados financeiros; que contam apenas com banco comercial (sucursal ou filial); que atuam exclusivamente no mercado segurador; que possuem instituições financeiras de apoio às suas atividades principais (industrial/comercial).

Nos dois outros casos, identificamos os vários grupos associados, a partir da composição de capital das instituições financeiras internas. O segundo caso refere-se ao segmento dos bancos de investimento, onde é mais comum a presença associativa minoritária do capital estrangeiro e o terceiro diz respeito ao setor de arrendamento mercantil, onde há uma ampla mescla de situações: grupos estrangeiros de controle de capital que atuam exclusivamente no mercado brasileiro do *leasing*, associações de grupos estrangeiros em empresas de controle de capital nacional, assim como praticamente todos os conglomerados financeiros estrangeiros possuem empresa de *leasing*.

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA DE CARÁTER MAJORITÁRIO

Para investigarmos a primeira categoria — grupos com controle estrangeiro de capital

— em termos de sua composição no conjunto dos principais países, examinaremos, inicialmente, os conglomerados financeiros estrangeiros. Para tanto, selecionamos os principais mercados em que os vários grupos possuem instituições financeiras, o que não descarta a possibilidade de alguns deles possuírem outras instituições (de modo geral, corretoras de títulos e valores mobiliários e de seguros), bem como participarem minoritariamente no capital de outras empresas, algumas das quais são apresentadas no quadro 1.

Os conglomerados financeiros estrangeiros formaram-se e expandiram-se seguindo o “modelo” adotado pelos maiores grupos financeiros nacionais, públicos e privados. Em geral, a instituição mais antiga e de maior porte é o banco comercial⁽⁷⁾ que, sobretudo após as diretrizes da Reforma Bancária e do Mercado de Capitais em 1964/67, instalaram as demais instituições financeiras. Dentre os grupos estrangeiros, a única exceção à norma é o grupo canadense controlado pelo Bank of Montreal Ltd., onde a liderança do conglomerado financeiro é exercida pelo banco de investimento. Outrossim, excluindo-se apenas dois bancos comerciais constantes da relação (Lar Brasileiro e Cidade de São Paulo), os demais já atuavam há alguns anos no Brasil, quando da reforma do setor financeiro.

Os destaques, em termos de diversificação, ficam com o grupo norte-americano Citicorp e o japonês Fuyo, ambos atuando nos seis segmentos priorizados, embora com participações minoritárias em alguns casos. À parte o mercado de seguros, sobressaem na condição de controle de capital os grupos norte-americanos Chase Manhattan e First

(7) Os bancos comerciais cabeças de conglomerados iniciaram suas operações nos seguintes anos: Citibank (1915), Holandês (1917), London (1931), Mitsubishi (ainda com a denominação de Tozan) (1933), América do Sul (1940), Francês (1947), Boston (1948), Sudameris (1949), Lar (1962) e Cidade de São Paulo (1965).

QUADRO 1

CONGLOMERADOS FINANCEIROS E GRUPOS DE CONTROLE OU ASSOCIADOS — 1980

Grupos Estrangeiros e Países	Bancos Comerciais	Bancos de Investimento	Financeiras	Distribuidoras	Seguradoras	Leasing
Algemeine Bank Nederland N.V. (Holanda)	Holandês Unido	Aymoré	Aymoré	Aymoré e Holandesa	—	—
Bank of Montreal Ltd. (Canadá) ^(a)	—	Montreal	Montrealbank	Montrealbank	—	Montrealbank
Banque Nationale de Paris S.A. (França) ^(b)	Cidade de São Paulo	—	Cidade de São Paulo(P)	Cidade de São Paulo(P)	—	Cidade de São Paulo (P)
Banque Sudaméris S.A. (França)	Sudameris	Financeiro Industrial (P)	Sudameris	Sudameris	—	Sudameris
Chase Manhattan Corp. (EUA)	Lar	Lar	Lar	Lar	—	Lar
Citicorp (EUA)	Citibank	Crefisul (P)	Citibank	Citibank	Argos (P)	Citicorp
Crédit Lyonnais S.A. (França)	Francês	Credibanco (P)	Francred	Francis e Credibanco(P)	—	Franlease
First National Boston Corp. (EUA)	Boston	—	Boston	Boston	—	Boston
Fuyo Group (Japão)	América do Sul (P)	América do Sul (P)	América do Sul(P)	América do Sul(P)	América do Sul-Yasuda(P)	América do Sul (P)
Lloyds Bank Ltd. (Reino Unido)	London	London Multiplic ^(c)	—	Londres	—	London Multiplic ^(d)
Mitsubishi Group (Japão)	Mitsubishi ^(e)	—	Creditozan	—	América Latina (P) e Concórdia(P)	—

Fonte: GUIA Interinvest (1980).

Notas: (P) Participação minoritária.

(a) Este conglomerado anteriormente pertencia ao grupo Brascan Ltd.

(b) A participação anterior neste conglomerado era do grupo suíço Sociétés de Banque Suisse.

(c) Antigo Banco Novo-Rio.

(d) Antiga Londonlease

(e) Antigo Banco Tozan.

QUADRO 2
BANCOS COMERCIAIS E GRUPOS ESTRANGEIROS DE CONTROLE — 1980

Bancos Comerciais	Grupos Estrangeiros e Países
Brasileiro-Iraniano	Rafidan Banque (Iraque) ^(a)
Centrobanco-Madrid	Banco Central S.A. (Espanha)
Commerciale Italiana	Banca Commerciale Italiana (Itália) ^(b)
Deutsche	Deutsche Bank A.G. (Alemanha) ^(c)
Europeu	Banque Européenne Pour L'Amérique Latine S/A (Bélgica)
Exterior de España	Banco Exterior de España S.A. (Espanha)
Financeiro Sudamericano	Banco Financeiro Sudamericano (Uruguai)
Financial Português	Caixa Geral de Dep., Crédito e Previdência (Portugal)
Hispano-Americano	Banco Hispano-Americano (Espanha)
Internacional ^(d)	Royal Bank of Canada Ltd. (Canadá) ^(e)
	Bankamerica Corp. (EUA)
Nación Argentina	Banco de la Nación Argentina (Argentina)
Provincia de Buenos Aires	Banco de la Provincia de Buenos Aires (Argentina)
República Oriental del Uruguai	Banco de la República Oriental del Uruguai (Uruguai)
Sogeral ^(e)	Société Générale S.A. (França) ^(f)
Sumitomo Brasileiro	Sumitomo Group (Japão)
Tokyo	Bank of Tokyo Ltd. (Japão)
Unión	Banco Unión C.A. (Venezuela)
Unión de Bancos	Unión de Bancos del Uruguai (Uruguai)

Notas: (a) A participação societária do grupo iraquiano é de 50%.

(b) O grupo tem ainda uma pequena participação no capital da Fiat Financeira e na Fiat Distribuidora.

(c) O grupo tem ainda uma pequena participação no capital do Banco Bradesco de Investimento.

(d) Antigo Banco do Canadá. As participações são de 50% de cada grupo.

(e) Antigo Banco Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. De todos os bancos enquadrados sob a característica considerada, este é o único com participação estrangeira minoritária no capital (aproximadamente de 1/4).

(f) O grupo tem ainda uma pequena participação no capital do Banco Bradesco de Investimento.

Fonte: GUIA Interinvest (1980).

National Boston, o francês Lyonnais, o franco-italiano Sudameris, o holandês Algemene Bank Nederland e o inglês Lloyds, todos com mais de quatro instituições financeiras atuando nos diversos mercados considerados.

Em seqüência, relacionamos no quadro 2 os grupos que contam com apenas um banco comercial atuando no Brasil.

Este quadro revela claramente dois aspectos; de um lado, os efeitos da política de reciprocidade e de "boa vizinhança" man-

tida com alguns países. Caso, por exemplo, dos bancos recém-instalados (todos a partir de 1977): 5 sul-americanos, 3 espanhóis e o Banco Brasileiro-Iraquiano.

Por outro lado, e à parte os bancos Nación Argentina, Financial Português e Europeu (antigo Ítalo-Belga), o quadro reveste-se no caso típico de filiais de grandes bancos internacionais instaladas no Brasil mais recentemente. Com exceção do Banco Internacional (que com sua denominação anterior de Banco Royal do Canadá já opera no Brasil desde meados dos anos 30), as datas de iní-

QUADRO 3
SEGURADORAS E GRUPOS ESTRANGEIROS DE CONTROLE — 1980

Seguradoras	Grupos Estrangeiros e Países
Adriática	Riunione Adriatica di Sicuritá Sp.A. (Itália)
American Home	American International Group Inc. (EUA)
American Motorists	Kemper Corp. (EUA)
Argos	Chubb & Son Inc. (EUA) e Citicorp (EUA)
Brasil	Assurances Generales de France S.A. (França)
Colina	Cigna orp. (EUA)
Commercial Union	Commercial Union Assurance Co. Ltd. (Reino Unido)
Concórdia	Kyoei Mutual Fire Marine Insurance Co. (Japão)
	Mitsubishi Group (Japão) e Mitsui Group (Japão)
Generali do Brasil	Assicurazioni Generali Sp.A. (Itália)
Home Insurance	City Investing Co. (EUA)
Interamericana	American International Group Inc. (EUA)
Kioei do Brasil	Kyoei Mutual Fire Marine Insurance Co. (Japão)
Lloyd Industrial	Kemper Corp. (EUA)
London	Sun Alliance and London Insurance Ltd. (Reino Unido)
Monarca	Pearl Assurance Co. Ltd. (Reino Unido)
Motor Union	Guardian Royal Exchange Assurfance Ltd (Reino Unido)
Phoenix Brasileira	Phoenix Assurance Co. Ltd. (Reino Unido)
União Continental	La Preservatrice A.I.R.D. (França)
Yorkshire-Corcovado	General Accident Fire and Life Assurance Co. Ltd. (Reino Unido)

Fonte: GUIA Interinvest (1980).

cio de operação dos demais bancos são relativamente mais próximas: os bancos japoneses (Tokyo e Sumitomo) iniciaram suas operações no final dos anos 50, enquanto o Deutsche e o Commerciale Italiana, somente nos anos 70. Como vemos, são bancos que por terem sido aqui fundados há menos tempo ainda não conseguiram encetar o processo usual de ampliação, típico dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais mais antigos: atuação em outros mercados via conglomeração financeira.

Para exame dos grupos estrangeiros cuja atuação restringe-se exclusivamente ao mercado de seguros, apresentamos a listagem das companhias seguradoras estrangeiras (ver quadro 3).

Trata-se, neste caso, de grupos tradicionais com interesse no mercado internacional. O quadro mostra um predomínio de grupos norte-americanos e ingleses que, em conjunto, somam 2/3 do total de grupos finan-

ceiros seguradores em atuação no Brasil. Vale destacar que a quase totalidade dos grupos já opera há algum tempo no mercado brasileiro (em média há mais de 20 anos). Qualquer análise do quadro atual, no entanto, é absolutamente precária, posto que o setor segurador brasileiro passou por processos simultâneos de concentração e nacionalização, o que trouxe substanciais alterações em sua estrutura de capital. Quer dizer, muitas das companhias estrangeiras foram nacionalizadas, assim como outras absorveram (ou fundiram-se com) companhias nacionais independentes.

Uma terceira categoria, como nos referimos, diz respeito às instituições financeiras com funções essencialmente de apoio ou complemento às atividades principais de cada grupo em suas respectivas áreas (industrial/comercial). De modo geral, neste caso, os grupos constituíram Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e Distri-

QUADRO 4

"FINANCEIRAS" E DISTRIBUIDORAS E GRUPOS ESTRANGEIROS DE CONTROLE — 1980

"Financeiras" e Distribuidoras	Grupos Estrangeiros e Países
Fiat ^(a)	Fiat Sp.A. (Itália)
Ford ^(b)	Ford Motor Co. (EUA) ^(c)
G.M.	General Motors Corp. (EUA) ^(d)
Losango	Regie Nationale des Usines Renault (França)
Philips	N.V. Philips Gloeilampenfabrieken (Holanda)
Singer	Singer Company (EUA)
Volks	Volkswagenwerk A.G. (Alemanha) ^(e)

Notas: (a) Tanto a "Financeira" quanto a Distribuidora têm uma pequena participação societária da Banca Commerciale Italiana.

(b) Antiga Willys Overland.

(c) Participa minoritariamente da Anhanguera Leasing.

(d) Participa minoritariamente da Bamerindus-Midland Leasing.

(e) O grupo controla ainda a Volkswagen Leasing.

Fonte: GUIA Interinvest (1980).

buidoras de Títulos e Valores Mobiliários, as quais relacionamos no quadro 4.

Observamos que as mais importantes empresas fabricantes de automóveis no Brasil (Volkswagen, Ford, General Motors e Fiat) e dois grandes grupos internacionais tradicionalmente produtores de bens duráveis (Singer e Philips) contam com instituições financeiras e distribuidora. Nos vários casos, prevalece a função auxiliar das instituições financeiras em questão, as quais atuam exclusivamente financiando a compra dos bens duráveis de consumo produzidos pelas diversas empresas dos grupos e executando, em paralelo, um serviço inerente a este tipo de atividade, qual seja a mobilização dos títulos envolvidos nas operações. Essas instituições, por suas características, são mais dependentes do desempenho do setor industrial, de modo geral, e do setor de bens duráveis de consumo, de modo particular, que propriamente do setor financeiro, visto que suas operações vinculam-se fundamentalmente à sustentação e ampliação da demanda de tais produtos. Com efeito, embora sejam de fato instituições financeiras, essas empresas têm objetivos funcionais conjugados a segmentos não-financeiros.

ASSOCIAÇÃO COM CAPITAL ESTRANGEIRO MINORITÁRIO

Com respeito à segunda evidência, caracterizada pela significativa presença do capital estrangeiro em posição minoritária, analisaremos a área dos bancos de investimento, relacionando no quadro 5 os bancos estrangeiros e "estrangeirizados" e respectivos grupos e países participantes.

Dos bancos de investimento associados ao capital estrangeiro, mais da metade tem apenas um grupo internacional com participação societária. Em contraste, três bancos têm participação de 5 grupos em seus respectivos capitais e dois têm 6 grupos estrangeiros como sócios. Os Estados Unidos contam com o maior número de grupos associados ao capital dos bancos de investimento, seguidos de perto pelo Japão. Do número de grupos relacionados, os norte-americanos e japoneses respondem por pouco mais de 1/3 do total.

Em complemento, examinaremos os níveis dessas participações, a partir das tabelas 2 e 3 que se seguem, observando que em sua mensuração foram consideradas tanto as

INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA

QUADRO 5

BANCOS DE INVESTIMENTO E GRUPOS ESTRANGEIROS ASSOCIADOS — 1980

Bancos de Investimento	Grupos Estrangeiros e Países
América do Sul	Fuyo Group (Japão) Yamaichi Securities Co. (Japão)
Aymoré	Algemene Bank Nederland N.V. (Holanda)
Bahia	Westdeutsche Landesbank Girozentrale (Alemanha)
BCN	Barclays Bank Ltd. (Reino Unido)
	Anglo American Corp. of South Africa Ltd. (África do Sul)
	Mahfouz, Saleh Bin Salen Bin (Arábia Saudita)
Bozano Simonsen	Mellon National Corp. (EUA) Mitsui Group (Japão) Nomura Securities Co. Ltd. (Japão)
	Amsterdam-Rotterdam Bank N.V. (Holanda)
	Credistanstalt Bankverein (Áustria)
Bradesco	Deutsche Bank A.G. (Alemanha)
	Sanwa Bank Ltd. (Japão)
	Société Générale S.A. (França)
Brasilinvest	Brasilinvest S.A. (multinacional)
Credibanco	Crédit Lyonnais S.A. (França) Irving Bank Corp. (EUA)
Crefisul	Citicorp (EUA)
Denasa	Security Pacific National Corp. (EUA) Union de Banques Suisses (Suíça)
Financeiro Industrial	Banque Sudaméris S.A. (França)
	Baring Brothers & Co. Ltd. (Reino Unido)
	Canadian Imperial Bank of Commerce (Canadá)
	Dresdner Bank A.G. (Alemanha)
Finasa	Morgan & Co. (EUA) Skandinaviska Enskilda Banken (Suécia) The Industrial Bank of Japan Ltd. (Japão)
Intercontinental	Brasilinvest S.A. (multinacional)
	Banca Nazionale del Lavoro (Itália)
	Banco Popular Español (Espanha)
Itaú	Bayerische Vereinsbank A.G. (Alemanha)
	Hill, Samuel Group Ltd. (Reino Unido)
	Kyowa Bank Ltd. (Japão)
	Union de Banques Suisses (Suíça)
Lar Brasileiro	Chase Manhattan Corp. (EUA)
London Multiplic	Lloyds Bank Ltd. (Reino Unido)
Montreal	Bank of Montreal Ltd. (Canadá)
Noroeste	Chemical New York Corp. (EUA)
Safra	Trade Development Bank Ltd. (Suíça)
	Comerzbank A.G. (Alemanha)
Unibanco	Crédit Suisse (Suíça) Dai-Ichi Kangyo Bank Ltd. (Japão) Harris Bankcorp (EUA) Philadelphia National Corp. (EUA)
Valbrás	Crédit Commercial de France S.A. (França)

Fonte: GUIA Interinvest (1980).

TABELA 2
NÚMERO DE BANCOS DE INVESTIMENTO, SEGUNDO NÚMERO DE GRUPOS ASSOCIADOS
E NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL — 1980

Bancos Associados a	Bancos com Participação no Capital de			
	Menos de 25%	25% a 50%	mais de 50%	Total
1 grupo	1	7	5	13
2 grupos	1	2	—	3
5 e 6 grupos	4	1	—	5
Total	6	10	5	21

Fonte: Pesquisa Direta (aplicação de questionário) e GUIA Interinvest (1980).

TABELA 3
MÉDIAS DE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO,
SEGUNDO NÚMERO DE GRUPOS ASSOCIADOS — 1980
(em percentagem)

Participações	Bancos Associados a		
	1 grupo	2 grupos	5 e 6 grupos
Médias por bancos	40,7	31,0	27,9
Médias por grupos	40,7	12,9	5,3

Fonte: Pesquisa Direta (aplicação de questionário) e GUIA Interinvest (1980).

ações ordinárias como as preferenciais; portanto, trata-se da participação global e não apenas daquela com direito a voto.

A maior incidência, ao nível geral, é de bancos com apenas 1 grupo associado, cujos níveis de participação situam-se entre 25% e 50%. Ademais, a quase totalidade dos bancos com apenas 1 sócio estrangeiro tem um percentual de participação superior a 25% do respectivo capital. Em acréscimo aos dados da tabela, dos 7 bancos cujo nível de participação está entre 25% e 50%, em 5 deles o percentual ultrapassa 1/3 do capital total. Por sua vez, dos 5 bancos que contam com uma participação estrangeira mais "pulverizada" (5 e 6 grupos associados), todos limitam a menos da metade a participação global, e 4 deles a ainda menos de 1/4 dos respectivos capitais. Os percentuais médios da participação são mostrados a seguir, excluindo-se, neste caso, os bancos de

investimento controlados pelo capital estrangeiro.

Fica evidente que quanto mais "pulverizada" é a participação estrangeira total no capital do banco, ao nível de grupos, relativamente menor é o total desta participação. O percentual participativo médio por banco, naqueles que contam com 5 e 6 grupos associados, é de cerca de 28%, contra mais de 40%, no caso dos que contam com apenas 1 grupo associado. Conseqüentemente, a participação média por grupo dos bancos com maior número de sócios estrangeiros é substancialmente menor que a dos bancos associados a menos grupos. Podemos admitir, portanto, que o real interesse da associação mais diversificada, além da provável preservação da autonomia diretiva, não se prende propriamente à necessidade de capitalização da instituição, senão à facilidade e maior flexibilidade na operacionalização dos esquemas

QUADRO 6

EMPRESAS DE LEASING E GRUPOS ESTRANGEIROS ASSOCIADOS — 1980

Empresas de Leasing	Grupos Estrangeiros e Países
Agrileasing	Crédit Agricole S.A. (França) (P) International Finance Corp. (Multinacional) (P) Rabobank-Cooperatieve Centrale (Holanda) (P)
All Leasing América do Sul Anhanguera	Trade Development Bank Ltd. (Suíça) (P) Fuyo Group (Japão) (P) Ford Motor Co. (EUA) (P)
Bamerindus-Midland	General Motors Corp. (EUA) (P) Midland Bank Ltd. (Reino Unido) (P)
BCN	Heller International Corp. (EUA) (P)
Boston	First National Boston Corp. (EUA)
Bozano Simonsen	United States Leasing International Inc. (EUA) (P)
Bradesco	Sanwa Bank Ltd. (Japão) (P)
Cidade de São Paulo	Banque Nationale de Paris S.A. (França) (P)
Citicorp	Citicorp (EUA)
Comit	Control Data Corp. (EUA) (P)
Continental Illinois ^(a)	Continental Illinois (EUA)
Credilease	Skandinaviska Enskilda Banken (Suécia) (P)
Finasa	Financiere de Suez Cie. (França) (P)
Franlease	Crédit Lyonnais S.A. (França)
Hanover	Manufactures Hanover Corp. (EUA)
Japan ^(b)	Japan Leasing International Co. Ltd. (Japão)
Lar Brasileiro	Chase Manhattan Corp. (EUA)
Lavra	Sorenex S.A. (Suíça) (P)
London Multiplic	Lloyds Bank Ltd. (Reino Unido)
Montrealbank	Bank of Montreal Ltd. (Canadá)
Norchem	Chemical New York Corp. (EUA) (P)
Republic	Republic New York Corp. (EUA)
Sudameris	Banque Sudaméris S.A. (França)
Triad	Kashoggi, Adnan (Triad Holding Corp.) (Arábia Saudita)
Ultramex ^(c)	Shearson American Express Co. (EUA) (P)
Volkswagen	Volkswagenwerk A.G. (Alemanha)

Notas: (P) Participação minoritária
(a) Antiga Leasco
(b) Antiga Internacional
(c) Antiga Tecnoleasing.

Fonte: GUIA Interinvest (1980).

de repasses de recursos externos, via tomadas de empréstimos em moeda, no mercado financeiro internacional.

PRESENÇA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO MERCADO DE LEASING

Como já frisamos, este é um caso típico de miscelânea das ocorrências quanto à presença do capital estrangeiro. Para exame deste segmento à semelhança da área dos bancos de investimento relacionamos as empresas arrendadoras que atuam no Brasil

controladas ou associadas ao capital externo e respectivos grupos estrangeiros envolvidos (ver quadro 6).

Mais uma vez, destacam-se os grupos norte-americanos, que somam o maior número no total de grupos internacionais ligados ao mercado de *leasing* brasileiro. Pouco mais da metade dentre as empresas relacionadas é controlado pelo capital nacional, sendo as demais empresas ou integralmente estrangeiras ou com participação estrangeira majoritária no capital. É interessante notar que

também mais da metade das empresas associadas a capital estrangeiro minoritário pertence a conglomerados financeiros: 2 "estrangeirizados" (América do Sul e Cidade de São Paulo) e 6 de controle de capital nacional preponderante (Bamerindus, BCN, Bozano Simonsen, Bradesco, Mercantil-Finasa e Noroeste). Das demais empresas, 7 fazem parte de conglomerados financeiros estrangeiros (já relacionados anteriormente) e as restantes, excluindo-se a Volkswagen, são empresas estrangeiras de *leasing* independentes; algumas das quais pertencentes a grupos financeiros de grande porte ao nível do mercado internacional de capitais, como por exemplo Manufacturers Hanover e Continental Illinois.

Neste mercado, a conveniência da "estrangeirização" decorre da impossibilidade institucional das empresas realizarem captação direta de recursos no mercado financeiro interno. Assim, a tomada de empréstimos externos é uma importante fonte alternativa de recursos financeiros de suporte às atividades do setor brasileiro de arrendamento mercantil.

3. Instituições Financeiras Estrangeiras

Nesta parte do trabalho examinaremos as áreas dos bancos comerciais, bancos de investimento e empresas de arrendamento mercantil, ficando de fora, portanto, as áreas das "financeiras", distribuidoras e seguradoras. Respalda esta decisão o fato de que, nestes últimos mercados, o capital estrangeiro tem um peso relativo pequeno e, especificamente, empresas seguradoras e distribuidoras não são intermediários financeiros em sentido estrito.

Ressaltemos, também, que é bastante difícil qualquer tipo de classificação de corte estrangeiro/nacional, em se tratando do setor financeiro. De um lado, pelo próprio imperativo legal inerente ao funcionamento institucional do sistema — o que, no mínimo, suprime o caráter de espontaneidade e livre

iniciativa. De outro, pelo aspecto dinâmico que prevalece quanto a alternâncias de controle de capital que se dão em alguns segmentos, em termos de grupos nacionais e estrangeiros. Em suma, torna-se deveras complicado estabelecer um critério único aplicável ao gênero das instituições financeiras, em analogia ao setor industrial, por exemplo⁽⁸⁾.

Do exposto, nos três segmentos, as instituições financeiras foram classificadas em estrangeiras e nacionais, respectivamente com e sem participação estrangeira no capital. A partir da justificativa geral de adoção deste critério, as particularidades de cada mercado, bem como as eventuais exceções em cada caso, serão apresentadas e explicadas quando do exame individual das áreas selecionadas.

BANCOS COMERCIAIS

No caso do sistema bancário comercial privado, as instituições, em sua grande maioria, ou são nacionais ou são estrangeiras, pois praticamente não existe composição de capitais neste segmento. Concretamente, os únicos bancos comerciais associados a grupos internacionais (este em posição minoritária) considerados estrangeiros no trabalho, foram: o Cidade de São Paulo e o Sogeral (cujas participações externas são de 45% e 25%, respectivamente), os bancos Aliança do Rio de Janeiro, Intercontinental do Brasil e Ultramarino Brasileiro (já extintos, mas com ponderáveis participações estrangeiras nos respectivos capitais) e finalmente o Banco Tozan (atual Mitsubishi, que à sua época contava com uma participação, deste mesmo

(8) Segundo critério estabelecido pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, uma empresa é considerada internacional se tem participação estrangeira de 1/4 ou mais em seu capital próprio (FAJNZYLBER, 1971). Outra classificação, aplicada ao caso brasileiro, considera que uma empresa é estrangeira se pelo menos 20% do capital é controlado por empresa ou grupo sediado no exterior (POSSAS, 1977).

INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA

TABELA 4
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS COMERCIAIS PRIVADOS NACIONAIS E
ESTRANGEIROS — FINAL DE ANO

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
1964	299	16	315
1967	221	17	233
1970	135	15	150
1972	85	15	100
1974	65	16	81
1976	62	17	79
1978	61	19	80
1980	57	27	84

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Quem é Quem da Revista Visão, Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil e Revista Bancária Brasileira*.

grupo japonês, em torno de 40%). Nos demais casos desse tipo, os bancos foram considerados nacionais, porquanto os níveis de participação estrangeira são relativamente baixos, com percentuais inferiores a 15% (neste caso nos referimos mais diretamente ao Banco América do Sul e União de Bancos Brasileiros — UNIBANCO — este último, inclusive já sem participação estrangeira no capital, em 1980) ou, além disso, trata-se de bancos relativamente pequenos e já extintos (casos do Banco Português, Banco Borges, Banco de Santos, éntre outros).

Como já ressaltamos, de modo geral, os bancos comerciais estrangeiros são filiais de grandes bancos ou grupos financeiros internacionais e os mais antigos compõem conglomerados financeiros de ponderável porte. Esses bancos, por contarem com retaguarda financeira sólida — matriz estrangeira — são menos afetados por situações de crise financeira. Por conseguinte, teriam melhores condições em superar dificuldades comuns à atividade bancária em períodos recessivos. A ser assim, qualquer movimento de concentração bancária deve ampliar relativamente o segmento de bancos estrangeiros. A tabela 4 que se segue, mostrando o número de bancos comerciais privados nacionais e estrangeiros, em alguns anos selecionados, permite uma primeira idéia sobre tal fato.

A tabela indica um razoável crescimento de estabelecimentos estrangeiros, já que o seu número aumenta de 11 unidades no período considerado. Ao mesmo tempo, este aumento tem maior significação na medida em que o número de bancos comerciais privados nacionais sofre uma apreciável queda no período, como reflexo do processo de concentração bancária, através de fusões e incorporações "patrocinadas" pelo Governo, na tentativa de tornar o sistema mais eficiente, via redução de custos, especialmente. O número total de bancos comerciais privados cai quase 4 vezes de 1964 a 1976, crescendo de apenas 5 estabelecimentos entre este último ano e 1980. Interessante notar que, neste último período, enquanto o número de bancos comerciais nacionais ainda apresenta sensível queda, o segmento estrangeiro é substancialmente ampliado com a entrada de 10 novos estabelecimentos.

A importância relativa dos bancos comerciais estrangeiros que atuam no Brasil é mostrada na tabela 5.

Em relação aos depósitos o quadro estrutural praticamente se mantém no período todo e só vai apresentar uma ligeira alteração a partir de 1978, quando o segmento de bancos estrangeiros, que captava cerca de 10% dos depósitos nos anos anteriores, passa para 14,5% e 13% dos respectivos totais

TABELA 5
DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS — SALDOS
(em bilhões de cruzeiros de 1980*)

Ano	Depósitos (D)			Empréstimos (E)			(E/D)	
	Nac.	Estrang.	Total	Nac.	Estrang.	Total	Nacionais	Estrangeiros
1964	271,7	37,0	308,7	185,2	24,7	209,9	0,68	0,67
1967	399,3	42,6	441,9	292,8	31,9	324,7	0,73	0,75
1970	494,7	56,3	551,0	429,6	59,3	488,9	0,87	1,05
1972	741,1	72,8	813,9	696,2	90,0	786,2	0,94	1,24
1974	818,6	114,2	932,8	839,2	150,0	989,2	1,03	1,31
1976	878,7	114,2	992,9	918,7	226,2	1.144,9	1,05	1,98
1978	1.012,6	172,4	1.185,0	1.084,8	331,1	1.415,9	1,07	1,92
1980	762,9	115,7	878,6	881,3	267,7	1.149,0	1,16	2,31

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI-Coluna 2 da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, Quem é Quem da Revista Visão, Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil e Revista Bancária Brasileira.

anuais, nestes últimos anos. Já em relação aos empréstimos a participação dos bancos estrangeiros é gradativamente crescente e também mais representativa, pois correspondia a pouco mais de 10% nos primeiros anos (até 1972) e atinge quase 1/4 do saldo total emprestado, em fins de 1978 e 1980. Com efeito, os bancos comerciais estrangeiros intensificaram outras fontes alternativas de captação de recursos, relativamente aos bancos privados nacionais. No que se refere ao quociente anual Empréstimos/Depósitos, em consequência, os relativos aos bancos estrangeiros são sempre maiores que dos nacionais. Em 1980, o saldo de empréstimos do segmento estrangeiro chega a atingir mais de 2,3 vezes o de depósitos. Assim, os bancos estrangeiros demonstram ter menor dependência dos recursos captados internamente em forma de depósitos, recursos esses que tradicionalmente constituem a base financeira de expansão da atividade bancária comercial.

Quanto à evolução real dos empréstimos totais, podemos notar que os saldos anuais são continuamente crescentes de 1964 a 1978, caindo a partir deste ano até 1980. No primeiro período, no que se refere à expan-

são real, os empréstimos realizados pelos bancos estrangeiros cresceram a uma taxa média anual de cerca de 20%, correspondendo quase que ao dobro da taxa de crescimento dos saldo de empréstimos dos bancos privados nacionais. De 1978 a 1980 ambos caíram a uma taxa média anual de cerca de 10%.

Em síntese, o segmento dos bancos comerciais estrangeiros, nos últimos anos, não só tem aumentado relativa e absolutamente em número como também vem elevando sua participação no mercado, mormente no tocante aos empréstimos. Tal crescimento, por sua vez, tem sua base expansiva em recursos não-originários de depósitos captados do público. Ao considerarmos que os bancos comerciais estrangeiros não contam com qualquer privilégio internamente, sobretudo em relação à abertura de novas agências, sua expansão passa a depender, fundamentalmente, dos recursos externos, dado que qualquer outro tipo de captação interna, afora os depósitos à vista, é extremamente onerosa. Ademais, desta forma esses bancos estarão aproveitando tanto as facilidades concedidas pelo governo quanto aquelas ine-

TABELA 6

NÚMERO DE BANCOS DE INVESTIMENTO NACIONAIS E ESTRANGEIROS — FINAL DE ANO

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
1967	10	11	21
1970	15	15	30
1972	22	22	44
1974	23	18	41
1976	19	20	39
1978	19	20	39
1980	18	21	39

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Quem é Quem da Revista Visão, Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil e Revista Bancária Brasileira.*

rentes à sua natureza de bancos estrangeiros.

BANCOS DE INVESTIMENTO

O setor dos bancos de investimento é um dos poucos ainda abertos à participação de capital estrangeiro de risco no mercado financeiro nacional. A presença estrangeira neste setor fez-se mais amiúde na forma de participação acionária de caráter minoritário, regulamentada pelo Banco Central do Brasil, não podendo exceder a 1/3 do capital votante do Banco.

As razões para adotar a classificação de banco estrangeiro e nacional decorrem dos níveis de participações, as quais, na quase totalidade dos casos, ultrapassam 20% do capital total e pertencem a apenas um grupo financeiro internacional. De reforço, quanto maior o número de grupos societários estrangeiros no capital, menor é o montante global da participação externa. Tal fato evidencia que, quando a participação é elevada e individual (maioria dos casos), certamente há ingerência "externa" no poder decisório do banco. Por outro lado, como já nos referimos, quando a participação além de percentualmente menor é mais diversificada (tanto em relação a grupos quanto a países) o interesse maior do banco deve ser, ao lado de "dividir para reinar" o de dispor de facilidades na captação de recursos exter-

nos para repasse e não propriamente de obter maiores aportes de capital de risco.

A tabela 6 mostra o número de bancos privados de investimento associados ao capital externo (estrangeiros) e os sem qualquer participação estrangeira no capital (nacionais).

A tabela indica um rápido aumento do número total de instituições de 1967 a 1972, passando de 21 para 44 bancos de investimento. Já de 1974 a 1980 o número de bancos de investimento em funcionamento tem-se mantido praticamente estável. Os bancos que têm participação estrangeira no capital representam, em todo o período, cerca de metade do número total de bancos existentes.

A tabela 7, a seguir, apresenta as participações de cada grupo no total do saldo de financiamentos concedidos.

Em todos os anos, as participações dos bancos de investimento associados ao capital estrangeiro nos totais de financiamentos são maiores que as dos bancos exclusivamente nacionais. Essas participações, embora tenham apresentado uma sensível queda de 1967 a 1972, mostraram nítida estabilidade a partir deste ano (em média ao redor de 55%). Como ocorreu no sistema bancário comercial, também neste segmento os finan-

TABELA 7
 FINANCIAMENTOS DOS BANCOS DE INVESTIMENTO — SALDOS
 (em bilhões de cruzeiros de 1980*)

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
1967	10,6	31,9	42,5
1970	56,3	109,6	165,9
1972	171,4	242,0	413,4
1974	251,8	308,2	560,0
1976	279,3	389,2	668,5
1978	361,6	431,2	792,8
1980	285,5	371,5	657,0

Nota: * Valores corrigidos pelo IGP-DI-Coluna 2 da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, Quem é Quem da Revista Visão, Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil e Revista Bancária Brasileira.

ciamentos, em termos reais, apresentaram queda apenas no último biênio. Até 1978, as taxas médias anuais de crescimento dos financiamentos do conjunto dos bancos nacionais e dos bancos "estrangeirizados" foram respectivamente 38% e 27%. Contudo, de 1978 a 1980 a queda nos saldos de financiamentos dos bancos nacionais se deu a uma taxa média anual (11%) maior do que a relativa aos bancos associados ao capital estrangeiro (7%).

Em suma, fica patente que, não obstante a área dos bancos de investimento ter sido originalmente idealizada como absorvedora de capital estrangeiro associativo, o nível de internacionalização não sofreu alteração profunda, desde a institucionalização desses bancos até hoje. Outrossim, o conjunto de bancos associados ao capital estrangeiro vem demonstrando, nos anos recentes, maior resistência ao declínio generalizado que se observa nas aplicações do setor financeiro, de modo geral, e nos financiamentos dos bancos de investimento, de modo particular.

EMPRESAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL — LEASING

Na condição de um setor novo, o arrendamento mercantil foi um importante recep-

tor de capital internacional no sistema financeiro brasileiro. Essas atividades só foram regulamentadas em meados dos anos 70 e as empresas que já operavam à época puderam continuar com a mesma constituição original no tocante ao controle acionário. Após a legislação específica, só foi permitida a associação com capital estrangeiro em posição minoritária deste, de até 1/3 do capital votante da empresa.

A área do *leasing*, juntamente com a dos bancos de investimento, é a que apresenta maior índice de internacionalização. No entanto, enquanto na área dos bancos de investimento o predomínio é o de participações minoritárias de capital estrangeiro, no caso do mercado de *leasing* predominam empresas estrangeiras. Neste segmento é praticamente imprescindível o pleno conhecimento e acompanhamento do mercado de bens de capital — em especial o de máquinas e equipamentos — por parte das empresas arrecadoras. Todavia, se este foi um fator importante para a instalação de empresas estrangeiras no mercado de *leasing* brasileiro, atualmente (a partir da regulamentação do setor) deixou de sê-lo, dado que o bem, objeto do arrendamento, não pode ser produ-

TABELA 8

NÚMERO DE EMPRESAS DE LEASING NACIONAIS E ESTRANGEIRAS — FINAL DE ANO

Ano	Nacionais	Estrangeiras	Total
1976	35	16	51
1978	35	21	56
1980	29	28	57

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Quem é Quem da Revista Visão e Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil*.

zido no exterior; ou seja, é proibida a operação com bens importados⁽⁹⁾.

O fato é que, como já frisamos, as atividades do *leasing* dependem fundamentalmente de recursos externos, dado que essas empresas estão impossibilitadas legalmente de obterem recursos internamente para financiar suas atividades, via emissão de obrigações indiretas. As empresas de arrendamento mercantil operam ao longo prazo e por isso necessitam de recursos também de longo prazo, os quais, na forma de empréstimos, têm sido obtidos com maior facilidade no mercado internacional.

A tabela 8 apresenta o número de empresas de *leasing* que atuam no Brasil, por categoria de propriedade de capital, desde 1976. As empresas estrangeiras englobam todas que tenham participação estrangeira no capital, seja majoritária ou minoritária.

Como vemos, o número total de empresas cresceu relativamente pouco de 1976 a 1980, assim como a estrutura por grupo de empresas sofreu uma substancial alteração em favor das empresas estrangeiras, mormente no último biênio. Embora as empresas estrangeiras sejam inferiores em número, o seu tamanho médio é substancialmente maior que o das nacionais, o que é mostrado na tabela 9.

(9) Presentemente este aspecto da legislação está sendo alterado a partir de um tratamento legal com maior liberalidade, tanto em relação à atuação de empresas arrendadoras estrangeiras como a bens arrendados produzidos no exterior.

As empresas que contam com participação estrangeira no capital apresentam sempre os maiores percentuais participativos em todos os anos, na maioria dos casos cerca de 2/3 dos valores anuais, tanto em relação aos totais de Imobilizado do *leasing* como aos fluxos de Receitas de Arrendamento.

Os valores reais dos saldos dos imobilizados arrendados cresceram aceleradamente nos 2 primeiros anos, quando as empresas nacionais apresentaram uma taxa média anual de crescimento de aproximadamente 30%, enquanto as estrangeiras atingiram quase o dobro desta taxa. Contudo, de 1978 a 1980, as empresas nacionais praticamente mantêm o seu valor e as estrangeiras apresentam uma substancial queda. Em se tratando do fluxo real das receitas anuais, os dois segmentos (nacional e estrangeiro) cresceram bastante, ambos com taxas anuais extremamente elevadas, respectivamente de 41% a 50% ao ano. A mesma tendência se dá com o quociente Receita/Imobilizado, quando as empresas mostraram uma ponderável elevação, nos dois casos, atingindo perto de 1,3 vezes.

Como conclusão geral desta parte, podemos dizer que é significativa a presença de instituições financeiras estrangeiras em alguns segmentos do setor financeiro brasileiro, embora em cada caso, de natureza e grau diferentes. Assim, há uma presença marcante e mesmo crescente de empresas de capital estrangeiro, ou a ele associadas, nos setores de *leasing* (onde fundem-se os casos de controle nacional e estrangeiro) e, em segundo plano, dos bancos comerciais

TABELA 9
IMOBILIZADO DO LEASING E RECEITA DE ARRENDAMENTO DAS EMPRESAS DE LEASING
 (em bilhões de cruzeiros de 1980*)

Ano	Imobilizado (I)			Receitas (R)			Fluxos Anuais (R/I)	
	Nac.	Estrang.	Total	Nac.	Estrang.	Total	Nacionais	Estrangeiras
1976	6,1	12,2	18,3	3,3	5,2	8,5	0,54	0,43
1978	10,4	30,4	40,8	5,3	10,6	15,9	0,51	0,35
1980	10,5	20,5	31,0	13,1	26,4	39,5	1,25	1,29

Nota: * Valores corrigidos pelo IGP-DI-Coluna 2 da Revista Conjuntura Econômica da FGV.

Fonte: Quem é Quem da Revista Visão e Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil.

(onde prevalece a condição majoritária do capital estrangeiro), enquanto na área dos bancos de investimento predominam as participações societárias em posição minoritária. Consideremos, além do mais, que são crescentes dois tipos de pressões: dos grupos financeiros internacionais, quando tentam acelerar as negociações, para virem a atuar diretamente no mercado financeiro brasileiro e, em contraposição, dos banqueiros nacionais, no sentido de um maior bloqueio à instalação e mesmo expansão de bancos estrangeiros. As reivindicações externas assumem importância porquanto os grupos interessados são, em sua grande maioria, os maiores credores da dívida externa brasileira. Por outro lado, a manifestação oposta tem significação especial, dado o ponderável e influente peso político dos grupos financeiros privados nacionais que, inclusive, reclamam da concorrência (dita desvantajosa) com o próprio setor financeiro estatal. Não nos esqueçamos, também, que o agravamento da dívida externa brasileira, consubstanciada nos empréstimos em moeda estrangeira, ao ampliar o grau de internacionalização financeira da economia nacional compromete inexoravelmente o setor financeiro, em especial por seu envolvimento no próprio processo de endividamento engendrado.

4. Empréstimos Externos Tomados por Instituições Financeiras

Cabe finalmente examinar, em maior detalhe, as operações de empréstimos externos

em moeda, via Resolução n.º 63, porquanto os recursos são mobilizados pelo sistema de intermediação financeira interno.

Nos últimos anos, mais precisamente na década dos anos 70, as regras referentes à entrada de empréstimos externos sofreram substanciais modificações em decorrência de alternâncias nas diretrizes da política econômica, sendo esta norteada, sobretudo, pelas mudanças conjunturais do mercado financeiro internacional. Como se sabe, mormente a partir de 1973, a preocupação do Governo começa a se concentrar, enfaticamente, em dois grandes problemas emergentes e, de certa forma, contrapostos; aceleração inflacionária e desequilíbrio das contas externas. Se o combate à inflação assumia maior prioridade — em geral quando ocorria uma melhora circunstancial no saldo do balanço das transações correntes, via de regra gerando um aumento nas reservas internacionais⁽¹⁰⁾ eram automaticamente acionadas medidas restritivas à tomada de empréstimos externos. Se, por outro lado, o fechamento do Balanço de Pagamentos se constituía no principal objetivo, a entrada dos recursos externos era estimulada, não raro pela elevação do custo do dinheiro internamente.

Num primeiro plano, quando o mercado internacional mostrava-se favorável, com alta liquidez e taxa de juros baixa (primeira metade dos anos 70), prevalecia, entre outras

(10) Ver neste sentido CRUZ (1983).

INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA

providências, o tabelamento da taxa interna de juros para maior combate à inflação, sem prejuízo da tomada de recursos no exterior. No caso oposto, ou seja, com o mercado financeiro internacional desfavorável (notadamente a partir da segunda metade da década), libera-se a taxa de juros interna e, em consequência, amplia-se o diferencial entre essas taxas em favor dos empréstimos externos em moeda, cuja entrada passa a assumir maior prioridade.

Do ponto de vista da regulamentação específica e pertinente à entrada de moeda estrangeira na forma de empréstimos, durante os anos 70, sobressaem-se dois biênios (1972/73 e 1977/78) em que algumas medidas, mormente as de cunho restritivo, foram mais intensamente praticadas — embora fundamentadas em fatores conjunturais distintos. Dentre as disposições limitativas, neste particular, destacam-se: instituição de depósitos compulsórios (ou congelamento) sobre os recursos tomados⁽¹¹⁾ e ampliação do prazo mínimo de amortização, inclusive concedendo benefícios fiscais (imposto de renda) aos empréstimos de amortização mais dilatada⁽¹²⁾. Paradoxalmente, outros

mecanismos estimulantes, ou protecionistas, foram também introduzidos, como por exemplo a possibilidade de o recurso “ocioso”, tomado no exterior, ser mantido em depósito em moeda estrangeira no Banco Central, ficando este responsável pelo ônus inerente a tal operação — especialmente o relacionado ao risco cambial⁽¹³⁾. Em suma, mesmo em conjunturas com nítidas diferenças, o Governo tentava, obstinadamente, frear a inflação e, simultaneamente, estimular a entrada de divisas, de preferência (no discurso oficial) sem elevar os níveis de endividamento externo e interno (dívida pública).

De modo geral e a partir de uma situação deficitária nas transações correntes com o exterior, o volume de empréstimos em moeda depende, em primeira instância, do volume de ingresso de investimentos diretos. Dentre os empréstimos, os destinados a repasses (Resolução 63) de certa forma complementam as tomadas diretas (Lei 4.131). Enquanto as empresas privadas foram capazes de absorver diretamente e em volume suficiente tais recursos no mercado internacional (caso mais evidente das filiais estrangeiras de empresas multinacionais), não houve transtornos. No entanto, quando tal ingresso desacelerou-se, dado o período recessivo emergente, foi necessário acionar o si-

(11) De início, uma proporção dos empréstimos externos em moeda era, **obrigatoriamente**, depositada no Banco Central no seu contravalor em cruzeiros: a Resolução n.o 236, de 19/10/72, fixou o percentual em 25%; a de n.o 259, de 12/6/73, revoga a anterior e a Resolução n.o 265, de 31/8/73, restabelece a imposição inclusive elevando o percentual para 40%; por fim, a Resolução n.o 279, de 7/2/74 suspende este depósito compulsório. Posteriormente, os empréstimos externos teriam seu contravalor em cruzeiros, **transitoriamente**, depositados junto ao Banco Central: a Resolução n.o 449, de 16/11/77, distribuiu os prazos; a de n.o 479, de 20/6/78, traz nova distribuição através das Circulares n.o 379, de 20/6/78, fixando em 30 dias; a de n.o 385, de 14/7/78 passando de 30 para 120 dias e finalmente a de n.o 389, de 11/8/78, ampliando para 150 dias.

(12) A título de exemplo, o estabelecimento de prazos mínimos de amortização dos empréstimos externos, para efeito de benefícios fiscais, foi várias vezes alterado: a

...

...
Resolução n.o 222, de 29/5/72 fixa o prazo em 10 anos; a de n.o 261, de 19/7/73, passa de 10 para 12 anos, já pela de n.o 300, de 13/9/74, o prazo é reduzido para 8 anos, o qual só é alterado em 22/11/78 pela Resolução 498 que eleva o prazo de 8 para 12 anos.

(13) A Circular n.o 180, de 29/5/72, consolidou as instruções do Banco Central em relação aos depósitos em moeda estrangeira dos recursos oriundos do exterior, que não estivessem empregados em operações de repasses. A Circular n.o 230, de 29/8/74, concede a alternativa de tal depósito ser aplicado em LTN. Já em 23/6/77, através da Resolução n.o 432, é permitido aos mutuários, em geral, os depósitos em moeda estrangeira porventura ainda não utilizados (extensão às demais empresas ou instituições não-financeiras).

tema financeiro e as empresas estatais. Por sua vez, o setor financeiro, por suas características, defronta-se com certos limites no tocante a este tipo de expansão, na medida em que depende da quantidade e qualidade da demanda interna por financiamentos e respectivas expectativas de retornos por parte dos mutuários; os quais, por força da recessão, elevam a margem de risco do avalista intermediador, o banco. Daí resulta que a única alternativa é o processo de endividamento externo com base nas empresas públicas, as quais chegam a sustentar o fluxo de ingresso dos empréstimos em moeda⁽¹⁴⁾. Contudo, este processo também não pode prosseguir indefinidamente e o endividamento nele baseado tende a esgotar-se. Assim, o setor financeiro é novamente convocado a intensificar sua captação externa de recursos, com vantagens operacionais e financeiras comparativamente ao mercado financeiro doméstico.

Do exposto, a entrada de recursos externos na forma de empréstimos em moeda, de modo geral, e em particular no caso dos repasses, foi bastante irregular, pautando-se na diversidade e antinomia das medidas de política econômica adotadas sob diferentes contingências internas e externas.

Examinemos inicialmente a captação, via Resolução 63, em termos de fluxos anuais, distribuída por tipo de instituição tomadora, explicitando o segmento estrangeiro do setor financeiro brasileiro (ver tabela 10).

Do fluxo total captado no período, coube mais de 70% aos bancos comerciais. Deste total, pouco menos de 2/3 foi tomado por instituições de iniciativa privada, com predomínio dos bancos exclusivamente nacionais. No caso dos bancos de investimento, em contrapartida, as instituições controladas ou associadas ao capital estrangeiro responderam por cerca de 3/4 do fluxo total dos recursos que entraram sob a égide da Resolução 63, no período considerado.

(14) Ver neste sentido CRUZ (1983).

TABELA 10

FLUXO TOTAL DE EMPRÉSTIMOS VIA RESOLUÇÃO N.º 63 ACUMULADOS DE 1970 A 1980

Tomadores	US\$ milhões	%
Bancos Comerciais	12.532	72,6
Públicos	4.871	28,2
Banco do Brasil	2.366	13,7
Outros*	2.505	14,5
Privados	7.661.	44,4
Nacionais	4.786	27,7
Estrangeiros	2.875	16,7
Bancos de Investimento	4.616	26,7
Nacionais	1.135	6,6
Estrangeiros	3.481	20,1
Bancos de Desenvolvimento	116	0,7
Total	17.264	100,0

Nota: * Federais e Estaduais.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Ao classificarmos as instituições em públicas e privadas e estas em nacionais e estrangeiras, verificamos que as participações de cada grupo são razoavelmente equilibradas, com cerca de 30% cabendo às instituições públicas (Banco do Brasil, demais bancos comerciais oficiais e bancos de desenvolvimento), 34% às pertencentes ao setor privado nacional e 37% ao segmento estrangeiro (ambos compreendendo bancos comerciais e de investimento). Há, portanto, um leve predomínio das instituições financeiras "estrangeirizadas" sobre os demais grupos no fluxo total de ingresso dos recursos via Resolução 63 acumulados de 1970 a 1980.

Examinemos, agora, os saldos dos recursos tomados segundo os principais tipos de bancos tomadores (ver tabela 11).

Os saldos totais anuais de captação, em termos reais, crescem continuamente de 1971 a 1979, apresentando queda apenas em relação ao último ano. Aliás, a queda de 1979 para 1980 é praticamente geral ao nível das instituições tomadoras, com exceção apenas

TABELA 11

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS VIA RESOLUÇÃO N.º 63, SEGUNDO BANCOS TOMADORES
SALDOS — (em bilhões de cruzeiros de 1980*)

Ano	Bancos Comerciais		Total	Bancos de Investimento		
	B. Brasil	Oficiais		Privados	Total	
1971	13,3	24,9	54,1	92,3	41,5	133,8
1972	20,2	32,4	98,2	150,8	136,4	287,2
1973	17,4	30,2	102,1	149,7	139,4	289,1
1974	56,5	45,0	114,7	216,2	132,4	348,6
1975	76,5	52,3	122,7	251,5	129,7	381,2
1976	84,5	60,4	168,4	313,3	118,6	431,9
1977	77,5	79,4	194,4	351,3	106,1	457,4
1978	89,7	95,8	246,2	431,7	148,1	579,8
1979	115,0	115,9	309,2	540,1	201,4	741,5
1980	110,3	106,5	314,3	531,1	154,3	685,4

Nota: * Valores corrigidos pelo IGP-DI-Coluna 2 da Revista Conjuntura Econômica da FGV.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL.

do conjunto dos bancos comerciais privados. Estes, inclusive, foram os únicos a apresentar um crescimento real ininterrupto, no período como um todo. Por sua vez, o segmento dos bancos de investimento foi o único que apresentou o maior período contínuo de diminuição dos valores reais dos saldos (1973 a 1977). Dignos de nota são: os grandes saldos nos valores reais dos saldos de recursos 63 dos bancos de investimento, de 1971 para 1972, e do Banco do Brasil, de 1973 para 1974, ambos com uma taxa anual de crescimento de mais de 200%. Entre as razões para este grande salto na tomada de 63 por parte dos bancos privados de investimento certamente encontram-se a queda ocorrida na Bolsa de Valores (1971), com a conseqüente desvalorização dos *portfolios* baseados em fundos de investimento; a proibição de operações com base em aceites cambiais (1971); ao lado da eliminação de eventuais perdas em operações de repasses externos, dada a possibilidade de depósitos em moeda estrangeira nas Autoridades Monetárias (a partir de maio de 1972). Já no caso do Banco do Brasil, o real motivo teria sido a necessidade de fechar o Balanço de Pagamentos em 1974 — ano em que emerge concretamente este tipo de problema.

Quanto à estrutura, é relativamente significativo o predomínio dos bancos comerciais que a partir dos seus menores percentuais (52%) em 1972 e 1973 atingem quase 80% em 1980. Dentre esses, os bancos comerciais privados contam com o maior peso no período todo, enquanto os bancos oficiais e Banco do Brasil (este a partir de 1974) exibem relativa estabilidade em suas participações, as quais são bastante próximas, particularmente nos últimos 4 anos (com pouco mais de 15% cada um).

A importância dos recursos externos na estrutura do passivo das várias instituições pode ser avaliada através da tabela 12.

De modo geral, todas as instituições tiveram substancial elevação da participação dos recursos externos para repasse nos respectivos totais de passivo. Em todos os anos, a maior dependência, em relação a esse tipo de recursos, fica com os bancos de investimento, quando atingem mais de 22% nos dois últimos anos. Todavia, vale ressaltar que tal percentual é exatamente aquele verificado em 1972; fato que ratifica o período de relativo descenso já salientado anteriormente. Por seu turno, embora o Ban-

TABELA 12
 RECURSOS EXTERNOS VIA RESOLUÇÃO N.º 63/PASSIVO TOTAL
 (em percentagem)

Ano	Bancos		Comerciais	Bancos de Desenvolvimento
	BB	Oficiais	Privados	
1971	1,1	5,9	5,3	11,3
1972	1,6	6,2	7,4	22,4
1973	1,2	4,4	6,5	17,6
1974	3,1	5,6	7,2	16,7
1975	3,5	5,5	7,1	14,7
1976	3,2	6,1	9,1	13,9
1977	2,7	6,9	9,4	11,3
1978	3,1	7,2	9,9	15,4
1979	3,7	9,1	12,3	22,3
1980	4,2	9,9	14,6	22,5

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL e BANCO DO BRASIL S.A.

co do Brasil mostre uma menor dependência de repasses via Resolução 63 comparativamente aos demais bancos (muito pela magnitude das contas e estrutura de seu passivo) vem a ser, também, a instituição que ostenta o maior crescimento de participação no período (passa de 1,1 para 4,2). Merece registro especial o fato de que todos os bancos têm seus percentuais diminuídos de 1972 para 1973 e, com exceção apenas dos bancos de investimento, voltam a crescer a partir de então.

Podemos admitir que os bancos comerciais recorrem mais intensamente à Resolução 63 quando os empréstimos internos lastreados em captações domésticas têm sua expansão limitada pela política monetária. Isto porque não há recurso mais barato que os depósitos à vista (obviamente à exceção das linhas de crédito oficial subsidiado e repassável), mesmo com limites estabelecidos compulsoriamente⁽¹⁵⁾.

(15) Lembremos que os bancos contam com um poder de barganha para exigir reciprocidades (elevando o custo do dinheiro e sua rentabilidade), fato que em regra se acentua quando o crédito está restringido ou contraído.

Os bancos de investimento, por sua vez, intensificam a tomada via 63 quando o custo deste recurso é mais barato que aqueles captados no mercado interno (depósitos a prazo, essencialmente) e/ou, à parte os custos, se a margem de risco envolvida na intermediação é menor quando comparada com operações de repasses de recursos internos junto a instituições oficiais de crédito. Devemos observar, contudo, que no caso da grande maioria destes repasses não há (ou pelo menos é diminuída) flexibilidade operacional, porquanto trata-se, necessariamente, de operações casadas, ou seja, não se permitem outras destinações dos recursos, que não as contidas e determinadas *a priori* nos vários programas e fundos oficiais específicos.

Já no caso dos bancos oficiais, talvez mais especialmente no caso do Banco do Brasil, a captação de 63 pode ser considerada do tipo "valvular" posto que se atrela a maior ou menor necessidade de ingresso de moeda estrangeira e, portanto, a tomada desses empréstimos é determinada politicamente, em função da inevitável condição de equilíbrio exigida nas contas externas. De reforço ao argumento, é relativamente grande o volume das operações em que as institui-

INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA

ções credoras internacionais são agências do próprio banco sediadas no exterior.

Por fim, o capital estrangeiro vinculado direta e indiretamente ao setor financeiro de certo tem importância, pelo menos, por conferir mais flexibilidade à operacionalização dos esquemas de repasses dos recursos externos; no entanto, sua presença neste sentido não parece ser essencial ou imprescindível, na medida em que se trata de operações extremamente simples e, ademais, é bastante grande o número de escritórios de representação de bancos ou grupos financeiros internacionais para este fim, em funcionamento no mercado financeiro interno.

Considerações Finais

A guisa de conclusão geral, podemos resumir alguns aspectos, de certa maneira interdependentes, que consubstanciaram objetivamente o trabalho: a intermediação financeira e o segmento estrangeiro, o endividamento externo e a internacionalização do setor financeiro.

Os dados demonstraram com clareza que a ampliação do capital estrangeiro dentro do setor financeiro brasileiro deveu-se sobretudo ao movimento generalizado de concentração ocorrido em praticamente todos os mercados financeiros específicos.

Embora ainda persista um elevado grau de protecionismo institucional ao setor financeiro nacional (o qual configura um nível de internacionalização direta relativamente baixo), há um envolvimento ou comprometimento grande e crescente de instituições financeiras internas a bancos ou grupos financeiros internacionais. Ou seja, mediante relações tipicamente creditícias (operações de empréstimos), o setor financeiro nacional é vinculado ao capital financeiro internacional.

No que tange ao endividamento externo, é fato que o comportamento dos empréstimos externos em moeda, de modo geral, e os do tipo 63, de modo particular, depende da con-

juntura econômica (interna/externa) de cada período; varia segundo o movimento cíclico da economia associado a expansão ou retração, em termos de liquidez, do mercado financeiro internacional. Em fases depressivas, concomitante a climas de incerteza quanto à política cambial, é absolutamente normal que a entrada de recursos externos em moeda destinados a repasses internos sofra desaceleração⁽¹⁶⁾. Torna-se muito arriscada a prestação de garantia bancária a financiamentos domésticos, quando as empresas, de um modo geral, estão subordinadas à crise econômica. Do exposto, podemos admitir que nos anos recentes chocam-se dois intentos antagônicos: o Governo, estimulando o ingresso de moeda estrangeira, cria facilidades e vantagens para captação e, de outro lado, os tomadores diretos e agentes repassadores, por absoluto esgotamento ou recusando-se a assumir grandes riscos, tornam-se avessos à tomada deste tipo de empréstimo, mesmo sem qualquer possibilidade de perdas financeiras, tendo em vista o esquema operacional engendrado e graças à proteção das Autoridades Monetárias.

Por fim, no tocante ao fenômeno da internacionalização do setor financeiro, a avaliação conclusiva distingue dois aspectos. Por um lado, o processo de ampliação ou contração do capital estrangeiro dentro do setor financeiro, afora o caráter espontâneo já salientado (derivado de fenômenos de concentração), depende da permissividade ou bloqueio político-institucional. É dizer, a maior ou menor presença de instituições financeiras estrangeiras, ou mesmo associadas ao

(16) Ocorrência verificada a partir de 1973, mormente na área dos bancos privados de investimento, cuja Internacionalização foi, inclusive, arquitetada para facilitar a "captura" de moedas (divisas) no exterior. Por sua vez, o melhor desempenho dos bancos comerciais em relação à tomada de 63 (de lado o tipo diferente de crédito) é explicado pelas freqüentes aplicações de políticas limitativas do crédito bancário, as quais, para cálculo, excluem os recursos captados no exterior.

capital estrangeiro, resulta fundamentalmente de decisões políticas. No entanto, essas decisões necessariamente são norteadas por certos fatores institucionais e conjunturais, como por exemplo: processo de administração do endividamento externo, esquema de reciprocidade com outros países, possibilidade e incentivo à conversão de capital de empréstimo em capital de risco e/ou, até mesmo, por injunções via renegociação da dívida externa brasileira.

Por outro lado, é evidente que a associação de capital nacional com estrangeiro no mínimo favorece a mobilização dos fluxos de recursos externos para empréstimos, intermediada pelo sistema financeiro. De fato, é importante no Brasil a participação de instituições estrangeiras e "estrangeirizadas" no volume de recursos movimentado sob esta égide. Nesta perspectiva, há uma tendência inexorável de maior internacionalização do setor financeiro interno, muito embora sem vínculo institucional direto ao setor ban-

cário internacional. Mas, ao lado dessa constatação, devemos considerar que alguns aspectos estão ainda obscuros, como por exemplo a real magnitude e intensidade dos níveis de vinculação e subordinação administrativa, ingerência no processo decisório, reciprocidade e dependência financeira etc., que devem prevalecer nessa integração de interesses. Não é por acaso que é praticamente impossível seccionar e dimensionar o capital de empréstimo repassado do exterior pelo setor financeiro (em grande medida associado a esse próprio capital), segundo beneficiários finais ou mesmo grupos credores de origem. Neste tipo de mobilização, o capital assume uma condição propriamente internacionalizada, porquanto origina-se de composições múltiplas e entrelaçadas de grupos financeiros internacionais, sediados em países ou territórios livres (paraísos financeiros ou fiscais, como Bahamas, Ilhas Cayman, entre outros), propícios à sua vazão e conseqüente valorização.

Referências Bibliográficas

- CRUZ, Paulo Davidoff das Chagas. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: — *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983. v. 2.
- FAJNZYLBBER, Fernando. *Sistema industrial e exportação de manufaturados — análise da experiência brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA, 1971. (Coleção Relatórios de esquisa, 7).
- LEVINSON, Charles. *Capital, inflação e empresas multinacionais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- MAROIS, Bernard. *La internationalisation des banques*. Paris, Economica, 1979.
- PASTRÉ, Oliver. *La strategie internationale des groupes financiers americains*. Paris, Economica, 1979.
- POSSAS, Mário Luiz. *Estrutura industrial brasileira: base produtiva e liderança dos mercados (1970)*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas, 1977.
- UNITED NATIONS CENTRE ON TRANSNATIONAL CORPORATIONS. *Transnational banks: operations, strategies and their effects in developing countries*. New York, 1981.